

A INSTITUIÇÃO ESCOLAR E O TRABALHO DOCENTE

THE SCHOOL INSTITUTION AND THE WORK OF THE TEACHER

Débora Martins de Souza¹

Resumo

Esse artigo discute o lugar de entremeio das ações educacionais, localizadas entre os níveis macro e micro da atuação das políticas públicas, entendendo o macro como a esfera nacional da formulação e da divulgação dessas ações e, o micro como o espaço da atuação do professor na sala de aula. A escola localiza-se nesse espaço do entremeio que se caracterizaria como lugar de natureza político jurídica, essa instância seria o próprio sistema de ensino encarnado e legitimado pelos vínculos profissionais e afetivos.

Palavras Chave

Práticas escolares. Sistema de ensino. Sala de aula. Poder. Desenvolvimento educacional.

Abstract

This article discusses the in-between place of educational activities, located between the macro and micro levels in the development of public policies, understanding the macro as the national level in the formulation and dissemination of these actions and the micro as the scope of teacher performance in the classroom. The school is located in this in-between place that would be characterized as of legal-political nature, this instance would be the system of education embodied and legitimized by professional and emotional bonds.

Keywords

School Practices. Educational System. Classroom. Power. Educational Development.

Este artigo será desenvolvido a partir de um recorte da complexidade das práticas escolares, sendo assim, colocarei em destaque duas dimensões que considero importantes para as ações no ambiente escolar, as quais atuam juntas, trazendo o universo macro e micro simultaneamente, a saber: as condições do sistema e a atuação profissional.

¹ A autora *Débora Martins de Souza* é doutora na área de Ciências da Comunicação pela ECA/USP, Mestre na área de Políticas Educacionais pela Unicamp. Graduada em Letras e Pedagogia. Experiência como supervisora educacional no Município de Campinas e Coordenadora dos Cursos de Letras e Artes do UNAR – Centro Universitário Dr. Edmundo Ulson (Educação a Distância e Presencial).

A dimensão das condições do sistema traz em seu bojo às especificidades das políticas públicas para a educação – âmbito nacional, nível macro; ao passo que a atuação profissional localiza-se no âmbito da sala de aula, nível micro. Portanto, o tema *A instituição escolar e o trabalho docente* aponta-nos para a necessidade de discuti-lo nesse entremeio – lugar de trânsito entre as ações do macro sistema e as ações do micro sistema – a sala de aula.

1. A dimensão sistêmica:

Esta dimensão refere-se à organização da escola nos seus aspectos institucionais, incluindo todo o aparato legislativo que sustenta o funcionamento escolar e a estrutura da educação em nosso país, dados nos três entes federativos, cito: o Município, o Estado e o Distrito Federal. A avaliação na perspectiva sistêmica pode ser considerada àquelas que se definem externamente, que se vinculam ao resultado do aluno diante desempenho dos demais, fornecendo-nos dados comparativos e indicadores para as formulações de políticas públicas.

2. A atuação do professor em sala de aula:

O trabalho docente aqui considerado diz respeito ao fazer do professor, os seus saberes, a sua experiência profissional e a concepção metodológica, diante da realidade e desafios contemporâneos.

A proposta da reflexão é tecida nesse lugar de entremeio, entre o nível macro e o nível micro, ou seja, situado entre a macro política educacional e a atuação do professor em sala de aula. A hipótese aqui trabalhada é de que nesse lugar de entremeio constituem ações estratégicas para transformações organizacionais e didáticas ao mesmo tempo, de modo a garantir o desenvolvimento organizacional.

A escola historicamente formou-se para socializar o conhecimento, o qual ficou cada vez mais complexo em função do desenvolvimento da ciência e da base econômica capitalista que passa a exigir inovação, a fim de fomentar a competitividade do mercado. Portanto, a ciência e as tecnologias dão o tom para a reorganização e o avanço do conhecimento.

O conhecimento ao ser considerado como função social precípua da escola precisa ser discutido ideologicamente para que possamos compreender a formulação dos sentidos e dos significados, pois, não existe neutralidade na construção de saberes, sejam eles os saberes profissionais, dos alunos e da própria organização escolar.

Albuquerque², em sua obra *Instituição e Poder*, analisa a escola em termos de formação ideológica, influenciada sempre por um determinado contexto econômico; sendo, portanto, o Estado regulador das instituições de modo geral. O Estado de Direito só garantirá a democracia se, de fato, as classes populares estiverem sendo

² ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. *Instituição e poder*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

representadas nas suas lutas por condições sociais e educação; caso contrário o Estado tornar-se um aparelho repressor e reproduzidor e, conseqüentemente, as instituições escolares serão excludentes e conservadoras.

A escola como instância intermediária das políticas públicas tem uma atribuição importante na gestão democrática e na formação das crianças e dos jovens, sendo fundamentada e instrumentalizada por meio do Projeto Pedagógico, a fim de alcançar os seus objetivos e conquistar a apropriação dos saberes enquanto um instrumento de luta e de libertação na realidade contemporânea.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, veio garantir a organização das escolas como sistema nacional de educação e outorgou à escola o direito de planejar e desenvolver as suas ações, o que legitimou a democracia nas práticas dos saberes institucionais e dos profissionais na educação. O Projeto Pedagógico para alcançar a plena realização da democracia precisa garantir a participação de todos: os professores, os pais, a comunidade escolar, os funcionários e a direção da escola.

Cabe à escola decidir sobre os seus princípios, objetivos, conteúdos, métodos e estratégias. No entanto, para alicerçar esses processos, faz-se necessário a formação continuada dos professores, a qual tem sido constituída na sistematização dos tempos pedagógicos, nas reuniões dos trabalhos coletivos, bem como pela oferta de cursos de extensão ou de outra natureza que implique em relações com o processo educativo.

O MEC (Ministério da Educação e Cultura) apresenta algumas referências teóricas, metodológicas e técnicas, a fim de que a própria escola construa o seu projeto pedagógico curricular, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Eles se constituem como sugestões não apresentam força de lei.

O projeto pedagógico-curricular deve articular-se ao trabalho do professor em sala de aula, assim como garantir o fluxo contínuo dos conteúdos de uma série ou ano para outro, de modo que ao final de cada ciclo, período ou série o aluno tenha alcançado profundidade na construção dos seus saberes, saindo do senso comum para o domínio dos fundamentos e princípios dos saberes constituídos historicamente. O aluno deve encontrar eco dessa apropriação de saberes nas práticas do seu cotidiano, de modo a tornar-se crítico e reflexivo. Logo, no momento da elaboração do projeto pedagógico-curricular deve planejar ações e avaliações contínuas a respeito das práticas dos saberes dos alunos, individual e coletivamente.

O sucesso da sala de aula dependerá da continuidade das ações dos macro-sistemas aos micro-sistemas, em movimento dialético circular e constante. A atuação do professor em sala de aula não pode ser considerada isolada e separadamente das relações sistêmicas. A gestão democrática dos saberes supõe a participação de todas as pessoas envolvidas no processo educacional, bem como essa articulação do macro para o micro ou vice-versa. Esse movimento circular define a própria práxis.

Trazendo agora à tona a estrutura do sistema educacional nacional, afirmamos, segundo a proposta da LDBEN, que a educação básica se encontra dividida no

Ensino Fundamental, Médio e a Educação Infantil. As ações didáticas para cada uma dessas quatro partes encontram-se de modo diferenciado em função do desenvolvimento físico, emocional e cognitivo dos alunos.

As orientações didáticas para o Ensino Fundamental articulam-se da seguinte maneira:

1. Os saberes³ que se referem às áreas de conhecimento - aos componentes curriculares: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, História, Geografia, Arte, Educação Física, Matemática e Ciências Naturais).
2. Os saberes do cotidiano sociocultural dos alunos (os temas transversais).

As orientações para o ensino médio visam ao aprofundamento dos conteúdos e princípios da Ciência, da Arte e da Literatura, e que o aluno possa conhecer melhor as linguagens mediadas pelas tecnologias nos diversos campos dos saberes (seus códigos e modo de funcionamento).

Na educação básica, podemos concluir que a interface dos saberes se constitui enquanto proposta metodológica importante. No entanto, essa proposta requer qualificação do corpo docente; pois, a construção interdisciplinar, multidisciplinar ou transdisciplinar dos campos diversos nos saberes está condicionada à qualificação do professor.

O entremeio das práticas escolares depara-se com as condições sistêmicas no que se refere, principalmente, à implantação da política pública, que na forma da lei, garante o acesso e a permanência do aluno, porém, na esfera político-administrativa, isso não está contemplado plenamente, já que as localidades de cada um dos sistemas dos entes federativos deparam com problemas sérios – na dimensão da gestão pública, do direito de acesso da criança à escola.

Cito o exemplo do número de crianças não atendidas na educação infantil no Município de Campinas, a enorme quantidade de ordens judiciais emitidas pelo poder judiciário, determinando a matrículas de crianças na educação infantil em razão da negação de vagas por parte da escola. O que tem reprimido esse atendimento é a falta de equipamentos escolares para atender democraticamente as crianças que constam na lista de espera. A localização de conflitos advém não da forma da lei, mas da sua implantação e adequação aos diferentes sistemas de ensino, no que concerne ao atendimento e no acesso da criança pequena.

Outro exemplo também no Município de Campinas que poderia citar aqui se refere ao ensino da EJA (Educação de Jovens e Adultos). Estatisticamente, existe um grande índice de analfabetos, porém o aluno da EJA não se encontra matriculado na escola e nem sequer procura por ela, não há lista de espera e sim ausência de interessados, devido a fatores que precisariam ser estudados regionalmente. O que geralmente tem acontecido é uma proposta político- didática inadequada para esse segmento populacional, que não encontra, na escola, motivação, nem à pertinência dos conteúdos ao mundo do trabalho. Outro fator importante diz respeito à organização sistêmica para dirimir dois públicos diferenciados na EJA: o

³ BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: Mec/SEF, 1997.

adolescente, acima de quinze anos que foi evadido do ensino fundamental por inúmeros motivos, e a pessoa adulta que volta ao espaço escolar, requerendo novos horizontes para a sua vida. Isso conota então dois públicos com motivos divergentes na sala de aula, duas gerações em momentos diferenciados de condições.

A questão da qualificação do professor está diretamente ligada à motivação, valorização e reconhecimento desse profissional no lugar do entremeio, o que resulta no compromisso político do professor com os alunos e uma atuação que será bem sucedida, se houver, de fato, um amparo do macro sistema para sustentar as ações didático-pedagógicas na sala de aula. Esse apoio encontra-se concretamente no modo como funcionam a gestão nas diversas regiões do país. Na maioria dos casos, essas políticas agem partidariamente, fugindo das políticas de Estado, onde as ações deveriam ser pensadas em longo prazo – como o Plano Nacional de Educação. A gestão educacional nos Municípios, com certeza, deve estar atrelada ao efetivo funcionamento do Conselho Municipal de Educação, de modo autônomo e participativo; porém, as posições nessas instâncias ainda estão frágeis, em função de fatores partidários, clientelistas e corporativistas. É preciso dar o salto, mobilizarmos nessa conquista a população – a grande parceira para alavancar as transformações educacionais necessárias para os próximos dez anos. A população tem uma força que ela própria desconhece para exigir do poder público as condições necessárias para o atendimento educacional com qualidade. Quanto mais politizada for a comunidade escolar e esta confrontar o governo do sistema educacional, mais avanços teremos nas organizações escolares.

Outro ponto de vista para alavancar as transformações nos sistemas educacionais, sejam localizados no Município, no Estado ou no Distrito Federal é a ação do Poder Judiciário, retorno ao exemplo do Município de Campinas, com relação às Ordens Judiciais para o atendimento das crianças da educação infantil. O que vem ocorrendo é a pressão dessa instância de poder para efetivar as matrículas das crianças. Porém, essa é uma medida cômoda e insuficiente por parte dessa instância de poder que não localiza precisamente o ponto frágil da gestão pública, pois, quem acaba sendo penalizado é o professor lá na ponta que se encontra em sala de aula com muitos alunos, a superlotação.

Hipoteticamente, visualizo a resposta dentro da perspectiva da gestão financeira da educação, o poder judiciário precisaria atrelar as suas decisões às condições da infraestrutura educacional e coagir efetivamente no ponto nevrálgico da complexidade da demanda na educação infantil do Município ora citado; pois, na maioria das vezes, as soluções não estão nos dados na constatação imediata. Qual a natureza jurídica da parceria que se poderia estabelecer entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo na resolução dos problemas educacionais? Não tenho também a resposta, apenas visualizo a problematização e volto a dizer que possível resposta está no lugar do entremeio – no trânsito entre as ações macro e micro dos diversos sistemas, lugar onde devemos construir a reflexão.

O entremeio tece as relações político-didáticas, estabelecendo os vínculos entre os protagonistas na educação, definindo e encarnando o processo educacional, é neste lugar de natureza política, mas também jurídica que se estabelece as alavancas para as transformações organizacionais e para a qualificação do professor. Lugar onde os conflitos ganham uma amplitude que foge da previsão e do próprio aparato legal, já estabelecido pelo Estado de Direito. Porém, buscar a solução para o avanço

organizacional da escola implica, a priori, em delimitar o espaço e o tempo constituídos no entremeio. O espaço como já disse é de natureza político-jurídico e o tempo diz respeito à própria organização da estrutura didática dentro da escola: o tempo de aprendizagem do aluno, o tempo da sistematização dos conteúdos por meio do projeto pedagógico curricular, o tempo da própria constituição da cultura, expressos nos vínculos afetivos e profissionais.

Enfim, esse entremeio requer o pensar teórico a respeito da própria práxis escolar em uma dinâmica do real que nos é impossível apreender sem um instrumento teórico-metodológico. Esse instrumento é construindo por meio de um movimento externo e interno ao mesmo tempo, onde a população é o principal protagonista. Porém, o que assistimos, no momento atual, na cidade de Campinas, é a interferência da empresa Falconi⁴ no ano de dois mil e quinze, com o propósito de dar uma resposta aos problemas da educação. O governo, mais uma vez, afogado pelas demandas e sem clareza da profundidade dos conflitos educacionais, requer dessa Empresa ações na gestão educacional no lugar desse entremeio. Que tradição as empresas apresentam na atuação nesse campo decisório? O esforço dessa Empresa boicota o pensar do político-jurídico do funcionamento do sistema de ensino, ludibriando-nos com a questão do método de gestão PDCA (Plan, Do, Check, Action)⁵. A questão metodológica fica transvestida de técnica e ornamentada pela eficiência e pela eficácia. A resposta a ser dada é de natureza tecnocrática.

Esse artigo vem com o propósito de nos desafiar a pensar os conflitos e os impasses nesse lugar, onde a envolvimento da população é fundamental. Ressalto que a participação da população não é de natureza especulativa, não tem apenas a importância para a formulação de um diagnóstico, mas é, sobretudo, de *natureza comunicativa*, de aprofundamento dos vínculos sociais e trocas culturais.

A atuação do professor em sala de aula não pode ser considerada apenas como reflexo das ações do nível macro, ou seja, das propostas das políticas do sistema educacional nacional, pois, tal posição descaracterizaria o saber do professor. A atuação profissional está vinculada diretamente aos saberes da experiência, da formação inicial e continuada e do compromisso político desse profissional. A valorização e o reconhecimento do professor advêm da sua autoimagem diante da sua atuação na realidade da sala de aula que deve ser subsidiada por ações das políticas educacionais, de modo a garantir a infraestrutura no funcionamento do sistema de ensino.

As políticas públicas, localizadas no entremeio, têm mais chance de garantir o sucesso do desempenho do professor em sala de aula, todavia, esse lugar não poderá deixar escapar a sua identidade que é de natureza político-jurídica e não apenas administrativa. Esse lugar é colorido pelos vínculos profissionais e afetivos, como já mencionei, é o lugar onde a gestão educacional se realiza por excelência, onde aparece o social encarnado com todas as suas nuances e diversidades, que a forma da lei não conseguirá predizer jamais, em razão da complexidade, mudanças rápidas e inéditas das práticas sociais. Todavia, os tempos das práticas sociais e das

⁴ Falconi é uma Empresa de Consultoria Brasileira de Gestão fundada pelo Professor Vicente Falconi que tem como objetivos o aperfeiçoamento da gestão, a construção excepcionais. Atua em todos os segmentos do mercado, atendendo clientes da iniciativa privada e da esfera pública.

⁵ Vinculação aos Fundamentos da Filosofia Kaizen.

organizações escolares sempre precisarão encontrar pontos convergentes para a sistematização do espaço do entremeio – do sistema de ensino.

Concluo aqui essa reflexão do espaço do entremeio dizendo que este lugar já está conquistado na palavra da lei, porém, não está encarnado ainda nas práticas dos sistemas de ensino, no seu cotidiano, nos vínculos das relações interpessoais e profissionais. Pensar sobre a sua natureza é urgente para construirmos processos decisórios mais amplos, capazes de interferir, de fato, na vida das pessoas, impactando-as e articulando as transformações educacionais necessárias para alavancarmos o desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. **Instituição e poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: Mec/SEF, 1997.

HABERMAS, Jürgen. **Conhecimento e interesse**. Tradução de José N. Heck. Rio de Janeiro: Guanabara S.A., 1987.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa, II**: crítica de la razón funcionalista. Madrid: Taurus, 1999.

SAVIANI, Demerval. **A nova lei da educação**: trajetória, limites e perspectivas. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

III SEMINÁRIO DE DESDOBRAMENTO DO TQC. Fundação Christiano Ottoni. Belo Horizonte: Escola de Engenharia/UFMG, 1994, 1 filme. color.

SOUZA, Débora Martins de. **Discursos da Qualidade Na Educação e Performance da Técnica**. Campinas, SP. Tese defendida na UNICAMP, 2000.